

APRESENTAÇÃO

Marcos Antonio Alves¹

Com muito prazer, apresentamos o segundo número do volume 44 da revista *Trans/Form/Ação*. Nesta edição, são 29 colaboradores ao todo, distribuídos em 13 textos, dos quais onze artigos, uma entrevista e uma tradução, além de oito comentários e a Apresentação, totalizando 22 publicações. São quatro artigos escritos em língua estrangeira, três deles em espanhol e um em inglês, de autores oriundos de instituições do Chile e da Colômbia. Os autores brasileiros, nesta edição, pertencem a instituições dos estados de Minas Gerais, Paraíba, Paraná, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, São Paulo.

Conforme explicita Alves (2020, p. 10), a *Trans/Form/Ação* “[...] tem como objetivo a socialização do conhecimento, buscando promover o debate e a interlocução de ideias”. Em vista disso, inauguramos, em 2020, uma nova modalidade de textos, a qual consiste de comentários de artigos aprovados, consentidos previamente pelos seus autores. Anexados ao artigo

¹ Editor responsável da *Trans/Form/Ação*: revista de Filosofia da Unesp. Docente no Departamento de Filosofia e Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Estadual Paulista (Unesp), Marília, SP – Brasil. Pesquisador CNPq/Chamada Universal.  <https://orcid.org/0000-0002-5704-5328>
E-mail: marcos.a.alves@unesp.br

<https://doi.org/10.1590/0101-3173.2021.v44n2.01.p7>



This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License.

original, eles são produzidos pelos pareceristas do manuscrito submetido. Trata-se de uma crítica construtiva, não mais da qualidade do artigo, uma vez que o processo avaliativo já foi ultrapassado. O comentador pode expor possíveis discordâncias de ideias, comparação de conceitos entre autores, perspectivas ou sistemas filosóficos, diferenças hermenêuticas, metodológicas, epistemológicas. É possível também construir uma ampliação, explicitação ou mesmo a inserção de algum conceito importante para a compreensão da linha argumentativa do artigo comentado, notas explicativas relevantes ou a posição do comentador a respeito da tese exposta.

Nesse sentido, procuramos promover um diálogo entre ambos os textos, almejando o aprofundamento e a ampliação do conhecimento. Os comentários são ainda uma forma de valorizar formalmente o trabalho dos avaliadores do periódico, oferecendo-lhes oportunidade de publicação de suas ideias e reflexões, as quais podem, inclusive, ter tido origem a partir da análise do manuscrito avaliado.

Este fascículo se inicia com uma entrevista com um dos mais eminentes filósofos brasileiros, o professor Roberto Bolzani Filho. Intitulada “Sobre filosofia: temas e percursos, o ensino de filosofia e a relação entre filosofia e história da filosofia”, foi realizada por Eliakim Ferreira Oliveira, Gabriel Frizzarin Ramalhães de Souza e Ramon Ordonhes Adriano Ribeiro. Conforme lembram os entrevistadores, Bolzani Filho é bacharel e licenciado em Filosofia pela Universidade de São Paulo (USP), onde defendeu a Dissertação de Mestrado *O ceticismo pirrônico na obra de Sexto Empírico* (1992) e a Tese de Doutorado *O ceticismo acadêmico e a ideia de subjetividade* (2003), ambos sob a orientação de Oswaldo Porchat Pereira.

Desde 1988, leciona História da Filosofia Antiga na USP, na qual também obteve o título de Livre-Docente, com a tese *Ensaio sobre Platão* (2013). Dentre a publicação de inúmeros artigos em revistas especializadas, bem como do livro *Acadêmicos versus pirrônicos*, destaca-se a sua participação na redação de *Filosofia: temas e percursos*, o qual integrou a escolha do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD, 2018) para a área de filosofia, tornando-se uma importante referência para a seleção de livros didáticos a serem adotados nas escolas e ao trabalho desenvolvido pelos professores em seu cotidiano. A entrevista é permeada por diversos assuntos, os quais variam entre a importância e valorização da filosofia, do seu ensino, até temas e problemas filosóficos investigados por Bolzani Filho, ao longo de sua trajetória acadêmica.

O primeiro artigo é intitulado “A ideia de composição nos *Salões* de Diderot”, de autoria de Arlenice Almeida da Silva, comentado por Luís F. S. Nascimento. Conforme Silva, o artigo examina a noção de “unidade na variedade” na filosofia e crítica de arte de Diderot. Em diálogo com os ensaios publicados na coletânea intitulada “Estéticas de Diderot”, de 2015, na qual vários especialistas examinam a atualidade da estética materialista do filósofo, o texto aproxima as noções de unidade, apresentadas na *Encyclopédie*, dos usos e sentidos do termo, nos *Salões*. A autora busca mostrar como Diderot rompe gradativamente com a epistemologia clássica, ao pensar a obra com uma unidade instável, ligada ao tempo e que se constitui apenas no fazer. Ela ressalta o tratamento dado à variedade, nas obras de Greuze e Vernet, procedimento que aproxima a crítica de arte de Diderot de elementos modernos, tais como os conceitos de sublime e de autonomia da arte, os quais indiciam a relevância da sua filosofia da arte.

Em seguida, Caio César Cabral publica “Elementos básicos da teoria da individuação de Gilbert Simondon”, seguido do comentário de Fernando Maia Freire Ribeiro, intitulado “Provocações sobre a individuação em Simondon”. O autor do artigo produz uma análise geral do modo como o problema da formação do indivíduo é tratado, na *teoria da individuação*, de Gilbert Simondon. Esse filósofo constata que tanto o atomismo quanto o esquema hilemórfico postulam cada qual um princípio específico, que sustenta o processo de individuação. No atomismo, observa-se a existência de um monismo substancialista e, no esquema hilemórfico, há um esquema dualista constituinte (matéria/forma). Cabral enfatiza ser justamente tais concepções que fazem com que essas escolas se tornem alvo das críticas mais incisivas de Simondon. Para ele, se a “hecceidade” do indivíduo não estiver mais vinculada nem ao átomo, nem ao par hilemórfico, não se terá mais a necessidade de invocar um princípio absoluto de individuação. Abrir-se-á, em vez disso, um caminho para se considerar como primordial, na investigação filosófica, a descrição da operação a partir da qual o indivíduo vem a se constituir. Assumindo, pois, tal ideia como ponto de partida, Simondon desenvolve e oferece, conforme busca demonstrar o autor desse artigo, uma concepção de individuação profundamente original e instigante, capaz de inspirar novas maneiras de se abordar o tema.

Como terceiro artigo, aparece “O governo biopolítico do migrante de sobrevivência: uma leitura crítica da lógica do capital humano na era neoliberal”, escrito por Cesar Candiotta e comentado por Thiago Fortes

Ribas. O autor retoma o significado do verbo “governar”, como sendo a disposição correta dos homens mediante sua relação com as coisas. Essa definição foi proposta por Michel Foucault, em *Segurança, território, população*, a partir de sua leitura do pensador renascentista Guillaume La Perrière. Candiotto desdobra essa designação deixada por Foucault para analisar a maneira de governar da biopolítica neoliberal contemporânea dos chamados *migrantes de sobrevivência*, conforme a denominação de Alexander Betts. Na governamentalidade biopolítica neoliberal, a regulação da circulação dos migrantes de sobrevivência é realizada pela sua dependência da circulação das coisas, no caso, o livre fluxo transnacional do capital econômico.

O autor, segundo suas palavras, cogita que o critério normativo para diferenciar entre a boa e a má circulação dos migrantes, na época contemporânea, não ocorre no terreno da política, mas na esfera neoliberal da biopolítica, especialmente pelos seus desdobramentos no conceito de capital humano. Dele se depreende que não somente o trabalho produtivo, mas também a vida completa dos indivíduos é avaliada em termos de investimentos e riscos pela aquisição de competências, desenvolvimento de performances e mobilidade contínua. Em *Nascimento da biopolítica*, de 1979, Foucault considera que a migração é um dos investimentos mais arriscados na aquisição de capital humano, porém, ele a situa de maneira homogênea, como se qualquer migrante pudesse se subjetivar como um empresário e investidor de si mesmo. Diante disso, Candiotto sustenta que a objetivação negativa dos migrantes de sobrevivência, como improdutivos e indesejáveis, tem como possível causa sua identificação indiferenciada a qualquer outro migrante econômico que busca qualificar seu capital humano. Ao apresentar esse argumento, ele afirma evidenciar o mecanismo de economização da vida que permeia a subjetivação neoliberal e os reducionismos dele resultantes, tal como a redução da vida ao conceito de *homo oeconomicus* e sua designação como capital humano. O autor propõe que uma maneira de evitar esses reducionismos consiste na tentativa de conversão do olhar em relação ao migrante de sobrevivência, a começar pelo desnudamento da racionalidade que alimenta a produção biopolítica de sua existência.

O quarto artigo, o primeiro escrito em língua estrangeira, no caso, o espanhol, é denominado “¿Tolerancia o autonomía? Dos utopías liberales de la sociedad: Kukathas y Kymlicka”. O texto é escrito por Daniel Loewe e Felipe Schwember Augier e comentado por Luis Villavicencio Miranda. Os autores lembram ser comum admitir que as diferentes concepções de liberalismo

sejam distribuídas por um arco em cujos polos estão localizadas a tolerância e a autonomia. Os autores examinam duas teorias situadas nas extremidades opostas desse arco: a de Kukathas e a de Kymlicka, a fim de investigar suas respectivas utopias. Da primeira, dizem eles, a “teoria liberal da tolerância” segue-se não uma utopia, mas uma distopia libertária. Já a segunda, “a teoria liberal do multiculturalismo”, pode ser entendida como uma utopia no sentido usual do termo, ou seja, como um projeto político impossível ou impraticável. Da análise e comparação de ambas as utopias, os autores concluem que o liberalismo, em suas diferentes versões, pode ser entendido como uma utopia *sui generis*, na medida em que espera poder abrigar e coadunar comunidades incompatíveis entre si ou incompatíveis com o quadro geral do liberalismo. Por essa mesma razão, argumentam que o liberalismo também é uma utopia, no sentido de aspirar ao impossível: que todas as comunidades renunciem a suas pretensões de modelar o Estado e a sociedade, de acordo com suas próprias concepções do bem.

Em seguida aparece “História da ciência, epistemologia e dialética”, também escrito em parceria, por Edson Pereira Silva e Fernanda Gonçalves Arcanjo. Segue-se de comentário intitulado “Ciência, ontologia e realidade: Marx para além da dialética”, produzido por Antônio José Lopes Alves. Os autores do artigo discutem teses sobre a atividade científica na sua realidade histórica concreta, fundamentando-se no racionalismo aplicado de Bachelard e no materialismo histórico-dialético de Marx e Engels. Para tanto, eles definem e analisam dois aspectos da atividade científica: epistemológico e ontológico. Neles são discutidas, respectivamente, as relações de tensionamento e dupla realização entre a ciência e o seu referencial (a realidade) e as relações materiais estabelecidas entre os elementos presentes na produção do conhecimento científico (linguagem, tradição, técnicas, condições socioeconômicas etc.), sempre lançando mão de episódios ilustrativos da história da biologia. Em consequência, lembram os autores, a realidade histórica concreta da ciência é definida como aquela de um movimento de contradições e sínteses, animado pela acumulação quantitativa e episódios de saltos qualitativos.

O sexto artigo, “Da origem da poesia: surgimento e declínio das línguas em Condillac”, é de autoria de Fernão de Oliveira Salles. Ele se propõe mostrar a importância das considerações sobre a poesia para a teoria de Condillac, no tocante à gênese e progressos da linguagem. Tais considerações parecem, à primeira vista, apenas passos necessários para completar a história desse processo. Examinadas mais de perto, porém, elas adquirem um outro sentido

e importância, porque, à medida que indicam que o uso metafórico ou trópico dos signos é uma possibilidade dada desde o início da comunicação verbal, permitem-nos pensar acerca de suas vantagens e perigos. Esse último aspecto, lembra o autor, tem consequências graves para a concepção condillaciana do progresso da humanidade, as quais ele pretende indicar no artigo.

A publicação seguinte é escrita na língua espanhola, por Germán Ulises Bula Caraballo e Hernan Ferney Rodríguez García, que a intitulam “La condición del académico en la época técnica”. O artigo possui dois comentários: o primeiro, produzido por Robson Costa Cordeiro, e o segundo, intitulado “Filosofia: caminhos na floresta”, é escrito por José Ricardo Barbosa Dias. Os autores tratam da condição do acadêmico das humanidades, baseado no que Heidegger, em sua discussão sobre a essência da técnica, chama de estrutura da composição (*Gestell*). Particularmente, o trabalho das humanidades está sendo dominado por instâncias externas, as quais valorizam a utilidade e o quantitativo, em detrimento do qualitativo e daquilo que é próprio dessa atividade. Nesse sentido, dizem os autores, o humanista enfrenta a reificação do conhecimento, em meio a um empreendimento cultural que abala conteúdos autênticos, por meio de um conjunto de burocracias de mercado que vê o trabalho das humanidades apenas como mais uma mercadoria. Os autores defendem que o trabalho do acadêmico das humanidades consiste em conviver com os problemas do nosso tempo, para ganhar clareza, com o intuito de se apropriar e se responsabilizar pelas condições que enfrenta e pelas novas dimensões da ação humana capazes de combatê-la.

O oitavo texto é “O céu dos sábios: o sol de Platão a partir das estrelas de Nietzsche”, cujo autor é Marco Sabatini. Ele possui comentário de Rosana Suarez, intitulado “A respeito do sol de Platão no céu estrelado nietzschiano”. Sabatini lembra que muitos pensadores refletiram sobre os astros celestiais. Com Platão e Nietzsche, eles assumem uma posição alegórica intimamente relacionada com suas filosofias. Em *A República*, o sol representa a verdade, por um lado, tornando-se o símbolo que movimenta o sábio por sua busca pelo conhecimento. Ademais, representa aspectos importantes da teoria política e epistemológica da filosofia platônica. Milênios depois, Nietzsche critica intensamente o filósofo grego, diagnosticando aspectos dogmáticos em seu pensamento. Contra isso, as estrelas nietzschianas assumem um céu diversificado, cujos astros representam uma incrível variedade moral existente entre os seres humanos. Mas o filósofo moderno não se contrapõe à filosofia platônica, simples e plenamente. Sabatini busca mostrar, com isso, que o sol

de Platão e as estrelas nietzschianas servem como alegorias para sintetizarmos pontos fundamentais da concepção filosófica de tais pensadores. Além disso, eles nos auxiliam a evidenciar a complexidade existente na interpretação de Nietzsche sobre a filosofia platônica.

Em seguida, podemos ler “Da arqueologia às redes: jamais fomos modernos?”, escrito por Monica Loyola Stival. A autora afirma que a noção de “rede” de Bruno Latour permite abrir uma perspectiva metodológica capaz de ultrapassar os limites da arqueologia de Michel Foucault. Para indicar o quadro conceitual em que a noção de arqueologia se instala, Mônica desenvolve uma discussão sobre a ciência moderna segundo a arqueologia de Foucault e segundo a posição de Gérard Lebrun, exposta em contraposição a Husserl (*Krisis*). A partir da questão principal que os une, malgrado diferenças importantes, a saber, o diagnóstico da dispersão das ciências positivas no início da modernidade – como início da modernidade –, será possível sugerir o interesse da noção latouriana de rede, diz Mônica. E isso, finaliza ela, mesmo mostrando que seu interesse implica exatamente o avesso do que insiste em sustentar Latour, o avesso da tese de que jamais fomos modernos.

O décimo texto publicado é o terceiro artigo deste fascículo escrito em espanhol: “Vulnerabilidad y cuidado”, de Patricio Mena Malet. O texto busca pensar a questão da vulnerabilidade humana e do cuidado. Nesse contexto, podem ser assumidas duas abordagens, observa o autor. A primeira delas, indiscutivelmente, é a proposta por Carol Gilligan, as teorias éticas do cuidado, que pensa a vulnerabilidade em seu caráter relacional e social. A segunda consiste em encarar a vulnerabilidade como um modo de ser próprio do ser humano. Desse modo, os esclarecimentos a esse respeito revelam que a vulnerabilidade exige uma compreensão ontológica que possui primazia em relação ao social. Isso possibilita complementar a ética do cuidado, conduzindo o seu questionamento também em nível ontológico, em vez de social. Mena Malet lembra que a compreensão ontológica da vulnerabilidade, por sua vez, exigirá uma interrogação do cuidado como modo de atenção do ser humano.

“Cicuta é para os otários ou a sedutora liberdade do sobrinho de Rameau” é de autoria de Paulo Jonas de Lima Piva. O autor propõe um resgate das provocações, a lucidez e os impasses da consciência crítica demolidora de Ele, o personagem imoralista e cínico do diálogo *O sobrinho de Rameau*, de Denis Diderot. Nessa exposição, são ressaltados dois aspectos da sua radicalidade filosófica e, sobretudo, ética. O primeiro deles está : 1) tendo em mente o atual contexto histórico de trevas e perplexidade moral

no Ocidente, junto com Ele, o sobrinho de Rameau, indagar mais uma vez a Eu, o seu interlocutor iluminista, isto é, pretensamente esclarecido e cheio de convicções morais e certezas filosóficas, se valeu a pena para Sócrates, uma referência importante para o pensamento das Luzes na questão moral, ter escolhido os seus princípios nobres, mesmo ao custo da cicuta, em vez dos preconceitos da vida como ela é, ou melhor, se o célebre sábio grego teve algum benefício, ao ter optado pela ética e pelo conhecimento, e não pela indiferença e pela ignorância, num mundo cada vez mais determinado por apetites cegos à verdade e à virtude; 2) pensar a postura niilista do sobrinho, não só como uma sabedoria, como uma arte de viver, como uma técnica de sobrevivência em tempos hiperindividualistas, mas como um paradigma de liberdade a despeito de suas consequências práticas.

O décimo segundo e último artigo deste fascículo é escrito em língua inglesa, intitulado “Nonconceptualism and content independence”. De autoria de Sebastián Sanhueza Rodríguez, é comentado por Eros Moreira de Carvalho que o nomeia “Embrace messiness in perceptual studies”. Conforme lembra o autor, o não-conceitualismo de estados é a concepção de que estados perceptuais (conteúdo não perceptivo) são diferentes em tipo de estados cognitivos (conteúdo não cognitivo), na medida em que um sujeito poderia estar em estados perceptuais, mesmo sem possuir os conceitos necessários para descrever esses estados. Embora essa posição tenha enfrentado recentemente sérias críticas, esse texto pretende argumentar em seu favor.

O autor destaca que, graças ao não-conceitualismo de estados, é possível caracterizar as experiências perceptivas como não-conceituais ou independentes de conceito, sem depender da noção de conteúdo perceptivo - uma característica que ele denomina independência de conteúdo de não-conceitualismo. Sebastian acredita que devemos saudar esse resultado. Embora uma caracterização não conceitualista da experiência perceptual seja bastante plausível, as abordagens não representacionistas da percepção desafiaram persuasivamente o pensamento de que as experiências perceptuais têm conteúdo representacional. Para alcançar seus objetivos, o autor divide o artigo em três partes. Na primeira, ele apresenta duas versões do não-conceitualismo perceptivo, a saber, o não-conceitualismo de conteúdo e o de estado. Em seguida, continua enfatizando a independência de conteúdo do não-conceitualismo de estado. Por fim, trata brevemente de três objeções proeminentes contra esse *não conceitualista*.

Este número se fecha com a tradução de um texto de Theodor W. Adorno, feita por Virginia Helena Ferreira da Costa, que o intitula como “Observações sobre ‘A personalidade autoritária’ de Adorno, Frenkel-Brunswik, Levinson e Sanford.” Trata-se de tradução inédita de um capítulo escrito por Adorno, em 1948, que integraria o livro *The Authoritarian Personality*, publicado em 1950, mas que acabou não incluído na obra. Nesse capítulo, Adorno pretende delinear, em contornos mais precisos, o conceito de “antropologia” do tipo autoritário exposto na obra. O autor o descreve de forma bastante precisa: não sendo uma abordagem psicológica, nem sociológica, muito menos existencialista e religiosa, a antropologia do autoritário retratada aqui denota parte da formação hegemônica de indivíduos sob influência do capitalismo administrado. A tradução é precedida por um texto introdutório, de autoria da tradutora, o qual apresenta e contextualiza o capítulo traduzido e o relaciona com o livro original, publicado em 1950.

Assim está constituído este fascículo. Desejamos uma proveitosa leitura e reflexão crítica referente ao conteúdo dos textos aqui publicados. Que, ao socializar o conhecimento, seus autores, por meio da *Trans/Form/Ação*, possam auxiliar na produção de novos saberes e no aprofundamento da compreensão dos temas e problemas abarcados, com impacto social e internacionalização, na medida do possível.

REFERÊNCIA

ALVES, M. A. Apresentação. **Trans/Form/Ação**: revista de filosofia da Unesp, vol. 43, n. 2, 2020, p. 9 – 16.

Recebido: 05/3/2021

Accito: 10/3/2021

